



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### Ameaça ao FCDF

A todo momento em que é preciso ajustar as contas públicas, incluem um jabuti no projeto de arcabouço fiscal para surrupiar as verbas que Brasília recebe do Fundo Constitucional. É o que está acontecendo mais uma vez. Parece que existe uma visão cristalizada e falsa de que Brasília seria uma suposta ilha da fantasia, enquanto o restante do país vive à mingua.

Essa visão é equivocada e não resiste ao confronto com os fatos. Brasília não é só a Esplanada dos Ministérios. É a terceira metrópole do país, com mais de 3 milhões de habitantes. Padece de

problemas de habitação, de segurança, de saúde, de educação e de desigualdades sociais. O DF ultrapassou, recentemente, Salvador, e só fica atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As excelências passam de terça a quinta em Brasília, saem do aeroporto, vão para o Congresso Nacional em um carrão com cascata artificial e filhote de jacaré, diria Nelson Rodrigues. Voltam para os estados de origem de avião e só conhecem o DF por meio desse sobrevoo aéreo. Vivem em uma bolha de emendas parlamentares sem transparência, verbas de gabinete e outras mordomias. São eles que contribuem para a formação de uma imagem distorcida e falseada do DF.

Sim, há a Esplanada dos Ministérios, o Plano Piloto, a cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. E, também, Sol Nascente, a maior favela do Brasil, segundo o IBGE. Certa vez, tomei

um Uber com uma moça simpática, que havia perdido o emprego e trabalhava de motorista. Ela contou que pegou uma corrida à noite em Taguatinga e foi parar em Sol Nascente. Avistou baile funk, gente armada na rua e pensou que estivesse em uma favela do Rio de Janeiro. Só conseguiu sair de lá com a ajuda de outro colega do Uber. Existem muitas Brasília dentro de Brasília.

O ministro do Planejamento do Governo Federal argumenta que não haverá perda. Se isso é verdade, por que mudar a regra do cálculo? Enquanto isso, os técnicos do GDF estimam que a perda do orçamento ao longo de 15 anos será de 12 bilhões. O Governo Federal alega que não pode haver diferença entre os critérios para o DF e os outros estados do país.

No entanto, existe uma distinção óbvia: Brasília é a capital do país, abriga

a sede dos três poderes. Em qualquer lugar do mundo, as cidades que ostentam essa condição recebem um tratamento diferenciado. Brasília abriga a sede dos três poderes e das embaixadas. Não pode ser comparada com outra unidade da federação sob os mesmos parâmetros.

O DF não é só a Esplanada dos Ministérios ou o Plano Piloto. É uma das unidades da federação com problemas sociais graves que, se não forem atacados, se tornarão explosivos para o país. A todo instante, aparecem notícias sobre investidas de facções do crime organizado.

É desarrazoada a proposta aprovada dentro do pacote do arcabouço fiscal. Não consta que o Governo Federal tenha vedado a receita de nenhum outro estado ou município. Então, por que retirar parte dos recursos destinados ao DF? Sob qual critério ou parâmetro?

Em 2022, o fundo eleitoral foi de R\$ 4,9 bilhão, e o fundo partidário ficou em 1,1 bilhão. É daí que decorre a imagem de que Brasília seria uma ilha da fantasia. Mas, vejamos, enquanto isso, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que contribui para o funcionamento de uma capital e de uma metrópole de 3 milhões de habitantes, é de R\$ 23 bilhões. Brasília é a cara do Brasil, com todas as suas grandezas e misérias.

A questão do FCDF não pode ser misturada com esquerda e direita. Ao mirar em supostos privilégios, as exceções do Ministério do Planejamento atingirão a população mais vulnerável que precisa de políticas públicas de saúde, educação, mobilidade e segurança. Quem apoiar a redução do Fundo Constitucional do DF não permanecerá imune às consequências de proposta tão desarrazoada.



# Mudança impacta serviços da capital

COMÉRCIO E FORÇAS DE SEGURANÇA SERIAM FORTEMENTE IMPACTADOS COM MUDANÇAS SUGERIDAS PELO GOVERNO FEDERAL NO FCDF. INTEGRANTES AVALIAM COMO PREOCUPANTES AS PROJEÇÕES DE PERDAS PARA O DF

» PABLO GIOVANNI  
» DARCIANNE DIOGO  
» MARIANA SARAIVA

O segundo e último painel do *CB Debate* — com o tema *Entre os Eixos do DF: Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal* — discutiu as possíveis perdas e impactos nos serviços públicos caso a fórmula de cálculo do FCDF seja alterada. A proposta do governo federal sugere substituir a base atual, que utiliza a variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), medida que é contestada pelo secretário-executivo de Administração e Logística da Secretaria de Economia do DF, Daniel Izaia.

Segundo estudo da pasta, a mudança pode gerar uma perda de R\$ 12 bilhões para os cofres do DF nos próximos 15 anos. Izaia ainda ressaltou a importância do fundo para Brasília, que atende a uma população maior que a do Uruguai e, somando o Entorno, chega a 40% do total populacional de um país como Portugal. “Brasília nasceu com a vocação de ser a cidade administrativa do Brasil, abriga os Três Poderes e embaixadas, mas, além disso, possui uma população que depende desses recursos para serviços essenciais”, concluiu.

“Brasília não tem uma vocação industrial nem agropecuária. O recurso não é para promover o desenvolvimento da região, mas para financiar serviços públicos que alimentam políticas sociais. Se houver uma redução nesses recursos, será necessário buscar R\$ 15 bilhões na arrecadação própria para compensar. Isso ‘sangra’ o Distrito Federal, tirando sua capacidade de planejar o futuro, melhorar a qualidade de vida da população e continuar sendo uma referência nacional”, completou.

#### Importância do FCDF

Outra contribuição no painel foi de Roberto Botelho, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (Ademi). Ele tratou a discussão como “preocupante” e defendeu que o DF faz o bom uso da aplicação dos valores repassados pela União. “Brasília é a vitrine do Brasil. Brasília tem que ter uma segurança de ponta para receber embaixadores, autoridades de outros países. Imagine uma autoridade dessa sair e ter o celular roubado, como ocorrem em outros estados? Falo não só como morador do DF, mas enquanto brasileiro”, afirmou.

Outro ponto ressaltado por Botelho foi a aplicação do fundo. O presidente da Ademi considera que a aplicação do recurso está sendo feita de maneira positiva e

Fotos: Minervino Junior/CB



**Se houver uma redução nesses recursos, será necessário buscar R\$ 15 bilhões na arrecadação própria para compensar. Isso ‘sangra’ o Distrito Federal, tirando sua capacidade de planejar o futuro”**

**Daniel Izaia, secretário-executivo de Administração e Logística da Secretaria de Economia do DF**



**Não concordamos, de forma alguma, com a mudança no cálculo do FCDF. No ano passado, essa discussão já foi levantada, conseguimos impedir a alteração, e estamos prontos para lutar novamente”**

**José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF**

benéfica. “A saúde é uma das melhores do Brasil, assim como nossa educação é a segurança. Considerando isso, estamos, sim, aplicando bem o dinheiro”, enfatizou.

Botelho traz uma narrativa acerca da história e da estrutura econômica de Brasília, destacando alguns pontos importantes, como a concepção original da

capital. “Em 1988, foi entendido que Brasília tinha que ter autonomia, e, para isso, o constituinte criou o fundo do DF, mas não foi regulamentado e demorou muito. Os recursos gerados pela própria economia do DF não são suficientes para sustentar as despesas da capital, o que torna o fundo essencial”, explicou.



**Brasília tem que ter uma segurança de ponta, para receber embaixadores, autoridades de outros países. Imagina uma autoridade dessa sair e ter o celular roubado, como ocorrem em outros estados?”**

**Roberto Botelho, presidente da Ademi-DF**



**Sabemos que, em outros estados, onde os salários das polícias são pequenos, baixos, ocorre o caso de policiais serem recrutados pelo crime organizado. Não queremos aqui no DF”**

**Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindep)**

#### Desalinhado

O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, destacou o impacto negativo que a alteração no cálculo do Fundo Constitucional pode causar ao setor produtivo da capital federal, responsável por mais de 90% da economia local. “Temos cerca de 230

mil empresas na nossa base, que geram mais de 1 milhão de empregos. Por isso, é essencial debatermos essa questão. Não concordamos, de forma alguma, com a mudança no cálculo do FCDF. No ano passado, essa discussão já foi levantada, conseguimos impedir a alteração, e estamos prontos para lutar novamente”, afirmou.

O dirigente salientou que as mudanças propostas pelo governo federal impactam setores primordiais, garantidos na Constituição Federal de 1988. Aparecido ainda pontuou que, com menos recursos, haverá mais endividamento. “As pessoas já estão endividadadas. Se reduzirmos o FCDF, as composições salariais, tanto para o funcionalismo público quanto para os trabalhadores das empresas privadas, ficam comprometidas. Esse alívio financeiro deixará de existir”, alertou.

José Aparecido também chamou a atenção para a presença de mais de 100 organismos internacionais no DF, como embaixadas, que não pagam IPTU ou outros impostos, mas ainda dependem dos serviços financiados pelo fundo. “As embaixadas e os parlamentares que vêm a Brasília geram demandas locais. Eles não pagam impostos aqui, mas seus assessores precisam de saúde, educação, segurança. Tudo isso é bancado pelo Distrito Federal. Agora, eu pergunto: onde esses parlamentares pagam seus impostos? Não é no DF”, criticou.

#### Crime organizado

A possível alteração na fórmula de cálculo do Fundo Constitucional pode abrir brechas para a atuação do crime organizado no Distrito Federal, alerta Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindep). Ela destaca que os policiais civis da capital recebem salários semelhantes aos de outros estados, apesar da importância estratégica da corporação, que atua na proteção dos Três Poderes, embaixadas e entidades internacionais sediadas na capital federal.

“Sabemos que, em outros estados, onde os salários das polícias são pequenos, baixos, ocorre o caso de policiais serem recrutados pelo crime organizado. Nós estamos vendo isso na televisão o tempo todo. Não queremos aqui no DF sermos prejudicados, muito menos termos uma polícia cooptada pelo crime organizado”, pediu.

Ela também destacou a importância de manter o DF como referência nacional em segurança pública, mas reforçou a necessidade de valorização da categoria, que busca paridade com a Polícia Federal — as duas são mantidas por fundos da União. “Nesse aspecto (de segurança), somos referência no Brasil e queremos continuar sendo, em termos de trabalho e prestação de serviços para a sociedade. Mas, em contrapartida, nós temos que ser valorizados, com uma reestruturação da nossa categoria. Por isso, estamos trabalhando no sentido de que o FCDF seja ajustado da maneira que está hoje”, completou.